



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Pós-graduação *Lato Sensu*
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade cultural

TEMA: AQUI SE FALA DE POLÍTICA

EDUCAÇÃO POLÍTICA NO AMBIENTE ESCOLAR COMO INCENTIVO À CIDADANIA E À PARTICIPAÇÃO POSITIVA DO ESTUDANTE NO PROCESSO ELEITORAL

Autora: Cynara Brito Mariz de Moraes

Orientadora: Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti

Brasília – 2015



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Pós-graduação *Lato Sensu*
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade cultural

EDUCAÇÃO POLÍTICA NO AMBIENTE ESCOLAR COMO INCENTIVO À CIDADANIA E À PARTICIPAÇÃO POSITIVA DO ESTUDANTE NO PROCESSO ELEITORAL

Autora: Cynara Brito Mariz de Moraes

Orientadora: Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti

Monografia apresentada ao Instituto de Psicologia, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Brasília – 2015

Instituto de Psicologia
Pós-graduação *Lato Sensu*
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade cultural

Monografia apresentada ao Instituto de Psicologia - IP, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista no Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

**EDUCAÇÃO POLÍTICA NO AMBIENTE ESCOLAR COMO
INCENTIVO À CIDADANIA E À PARTICIPAÇÃO POSITIVA DO
ESTUDANTE NO PROCESSO ELEITORAL**

Autora: Cynara Brito Mariz de Moraes

Banca examinadora:

Professor(a) Orientador(a): Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti

Professor(a): _____

Professor(a): _____

Brasília, 14 de novembro de 2015.

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a todos os alunos(as) que participaram do trabalho de intervenção, pois sem a colaboração destes(as) e do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco não seria possível este contato importante da prática pedagógica para a obtenção dos dados para a análise da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Início os agradecimentos a todos os professores/tutores que participaram do Curso de Especialização em e para os Direitos Humanos, e os textos que elaboraram, pois que a escolha do material didático e a qualidade deste foi fundamental para motivar a participação nos módulos do curso.

Agradeço também à minha tutora, Prof^a. Dr^a. Polliane Delmondez, por todos os *feedbacks* apresentados nos módulos do curso, principalmente na motivação constante nos fóruns de discussão dos grupos. Como também à orientadora do trabalho de monografia, Prof^a Dr^a Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti, pela paciência com a minha inexperiência no âmbito da pesquisa/intervenção e, especialmente, por todas as dicas e orientações fundamentais para a concretização deste trabalho.

Aos colegas do curso pelos comentários, opiniões e exemplos de práticas pedagógicas disponibilizadas nos fóruns.

Ao meu marido e filhos, por serem a alegria da minha vida.

Por fim, agradeço especialmente à minha amiga de trabalho do Decanato de Gestão de Pessoas, da Universidade de Brasília - UnB, Emelle Rodriguez Novais Cruz, por sempre acreditar em mim, por permitir à vida a oportunidade de estabelecer um vínculo de amizade com pessoa de região e religião diferente, por abrir espaço para posicionamentos políticos opostos, pelo consenso na importância da ética profissional e na determinação de aceitar o outro como igual em todos os sentidos.

EPÍGRAFE

“Contrariando uma crença geralmente aceita, inclusive pelos próprios educadores, o objetivo primordial da escola não é a transferência de conhecimentos, nem a capacitação para um emprego ou ofício; não é o ensinar, cultivar, formar, transmitir isto ou aquilo. O de ensinar é uma função instrumental, constitui o meio pelo qual a escola desempenha suas funções centrais. A função prioritária da escola é sua função político-social”.

Francisco Gutierrez

SUMÁRIO

Problema/Problematização.....	8
Introdução/Justificativa.....	8
Objetivos da Pesquisa.....	12
Objetivo Geral.....	12
Objetivos Específicos.....	12
Metodologia.....	12
Fundamentação.....	15
Ações Interventivas.....	21
Cronograma.....	24
Análise e discussão do processo de intervenção.....	24
Estudantes do Colégio de Aplicação da UFPE.....	24
A crença na política e o incentivo à educação política na escola.....	31
A visão de profissionais que atuam na educação política no Colégio de Aplicação e na organização não governamental Politiquê.....	34
Comentários Finais.....	42
Referências.....	45
Anexos.....	47

PROBLEMA/PROBLEMATIZAÇÃO

Como a escola pode discutir os temas relacionados à política de maneira suprapartidária e, assim, incentivar o aluno com faixa etária entre 16 e 18 anos incompletos a participar do processo eleitoral, tanto no alistamento como na valorização do voto, minimizando assim a apatia deste sobre o assunto?

INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

A escola que almeja a efetivação dos Direitos Humanos de maneira ampla, como também se propõe a incentivar o estudo da cidadania, precisa trazer à tona a importância do debate sobre a educação política e a participação positiva do estudante no processo eleitoral.

Muito se afirma que uma das tarefas da escola é a promoção da cidadania, mas há uma ponderação de aliar o tema à política. Desta maneira, aquela é vislumbrada como algo de plano superior, sendo mencionada em discursos, projetos e planos pedagógicos, como sinônimo de honestidade e positividade. Ao contrário da política que é igualada a algo inferior e comparada à patifaria e corrupção.

A ideia da política está atrelada ao vocábulo grego, *polis* (cidade), já a de cidadania vem de um vocábulo latino, *civitatem*. Apesar de divergentes em termos etimológicos, as duas palavras remetem ao sentido da importância do convívio em comunidade, sociedade ou cidade. Assim sendo, estão atreladas ao mesmo objetivo e, por isso, se complementam e se interligam.

Todavia, o que se observa no ambiente escolar é um distanciamento quanto ao estudo da política, talvez resultante do histórico da disciplina de Moral e Cívica criada no período ditatorial e retirada do projeto educativo após a abertura política e democrática do país, por já não mais condizer ao sistema político atual.

Outro motivo muito mencionado entre os educadores que obsta a abertura do tema é o da dificuldade de expor este sem o condão partidário, de maneira que a escola não seja associada a uma determinada ideologia política.

É verdade que nosso país ainda é considerado como uma jovem democracia e, por isso mesmo, a escola não pode se esquivar de participar do fortalecimento deste processo democrático trazendo à baila o tema da política e da propagação da participação do jovem/estudante no processo eleitoral, abrindo espaço de entendimento de como funciona e é formada a estrutura do Estado brasileiro e os efeitos decorrentes do sufrágio eleitoral.

A importância da educação política não envolve apenas o processo eleitoral e os partidos, mas vai além, posto que se refere a qualquer ação em sociedade, seja no ambiente da família, nas instituições religiosas e sociais, como também nas relações de trabalho. De maneira mais ampla, o estudo da política possibilita a prática de respeitar discursos muitas vezes divergentes, incentivando assim a uma tolerância ao outro que pensa de maneira diferente e decide de maneira oposta, efetivando com que possamos conviver de maneira mais democrática e isonômica.

Ocorre que, o que se observa na atualidade é um distanciamento e uma apatia do jovem com relação ao tema da política, da importância do alistamento eleitoral e da participação positiva no sufrágio eleitoral.

Segundo dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE a proporção dos eleitores com 16 e 17 anos é a menos significativa de vinte anos para cá, apesar de o eleitorado do Brasil ter aumentado 5,17% nos últimos quatro anos, a participação dos jovens que votaram em 2014 foi inferior a de 2010. Enquanto em 2010 os eleitores com 16 anos foram em torno de 900.807 (0,66%), em outubro de 2014 este número foi de aproximadamente 480.044 (0,34%), ou seja, houve redução de mais de 420 mil eleitores (Imprensa/TSE/2014).

Com relação ao dado acima, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Dias Toffoli, em entrevista de apresentação das estatísticas do eleitorado de 2014, ressaltou que além da metodologia utilizada pela Justiça Eleitoral considerar a idade que o eleitor terá no dia da eleição, ou seja, quem fizer 18 anos até o dia da votação, não pode ser contabilizado na estatística de 16 e 17 anos, outro fator foi o dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do envelhecimento do eleitorado -“há um aumento da faixa etária geral da população brasileira e os dados do IBGE, que também fizemos consulta. Uma baixa do crescimento diminuirá o número de

eleitores em faixas etárias mais baixas, relativamente às mais altas” (Imprensa/TSE/2014).

Em entrevista veiculada na Agência Brasil, o cientista político da Fundação Casa de Rui Barbosa, Júlio Aurélio Vianna Lopes, indica que como se trata de voto facultativo, o fator primordial para o voto é a motivação do eleitor. “A rigor, o que há é a menor disponibilidade dos jovens que receberam o direito do voto facultativo. Isso acende um sinal de alerta” (EBC/Portal-EBC/2015).

O cientista político na entrevista predita, ao mencionar sobre uma análise de que os movimentos populares ocorridos em junho de 2013 eram formados majoritariamente por jovens entre 14 e 30 anos de idade, expõe que o que aparenta com o resultado da eleição do voto facultativo dos 16 aos 18 é que ocorreu um “deslocamento dos cidadãos mais jovens da democracia brasileira”. Avaliou ainda que a situação “é grave, mas isso não indica que esse segmento da população esteja sendo galvanizado por orientações políticas autoritárias. Não se trata de nostálgicos da ditadura ou de neonazistas” (EBC/Portal-EBC/2015).

Observa-se, de fato, que nosso sistema democrático não tem sido atraente para a maioria dos eleitores, principalmente para os que se encontram na faixa etária dos 16 e 17 anos. Tal situação vem se agravando com os inúmeros casos de corrupção divulgados no país, o que vem gerando um desencantamento com a participação no processo eleitoral.

Segundo Lopes o ideal é que a democracia direta estivesse fortalecida nos movimentos populares nas ruas, com o respaldo do canal da participação representativa. “Esse é o ideal que devemos buscar”. Todavia, também aponta que o fortalecimento da ética na política deve ser considerado e que as reformas políticas que vêm ocorrendo desde 1994 ainda não atendem a demanda do eleitorado brasileiro, mas indica a Lei da Ficha Limpa como um avanço em nosso sistema (EBC/Portal-EBC/2015).

Ocorre que, desde os movimentos nas ruas que se destacaram em 2013, outros tipos de manifestações vêm ocorrendo esporadicamente, mas de maneira intensa. Fazemos destaque aqui às inúmeras paralizações e mobilizações pré-agendadas nos *sites* de relacionamentos, aos chamados “painéis” durante os horários eleitorais gratuitos, aos

insultos e vaias em locais públicos dirigidos a várias personalidades políticas, principalmente à Presidenta da República Federativa do Brasil.

Percebemos que, aliada às manifestações, na maioria das vezes ofensivas e com caráter discriminatório, que perpaça meramente a crítica política e governamental, há um aumento considerável da intolerância de opinião partidária que repercute ainda mais nesse processo de engajamento do jovem eleitor.

Recentemente tivemos o caso de um apresentador de uma importante rede de televisão e de uma atleta da natação brasileira, o primeiro por ter entrevistado a Presidenta da República e, a outra, por ter apresentado seu ponto de vista contrário à redução da maior idade penal, ambos tiveram suas páginas dos *sites* de relacionamentos invadidas por mensagens ofensivas, discriminatórias, que almejavam e incentivavam a morte deles.

Percebemos, portanto, que a propagação de uma educação política é iminente no ambiente escolar, principalmente no incentivo da discussão dos temas relacionados à política, da análise crítica da realidade social, como forma de frear também atitudes e comportamentos intolerantes que não condizem mais a um país que se afirma inserido numa ordem democrática.

A construção da cidadania invoca a criticidade e a consciência de todos os envolvidos, para isso é preciso pensar em como se efetiva uma cultura política, propagando um espaço de conhecimento crítico, conduzindo os sujeitos a uma tomada de consciência sobre sua realidade e a ordem social, incentivando o aluno ao pleno exercício de seus direitos e a seu desenvolvimento como pessoa.

Desta maneira, o trabalho de intervenção da presente pesquisa visa abrir espaço no ambiente escolar sobre o tema da política como meio de sanar problemas sociais e regular a vida em sociedade, mas principalmente de proporcionar ao estudante com faixa etária entre 16 a 17 anos que discuta sobre a importância de participação do processo eleitoral, com o alistamento e voto, mesmo que este não faça parte da parcela dos cidadãos que tem a obrigatoriedade de votar.

Ademais, ao realizar o trabalho de intervenção na escola aplicar-se-á um questionário com os estudantes com idade entre 16 e 18 anos, com o fito de se averiguar efetivamente dados sobre alistamento eleitoral, o interesse nos temas voltados para a

política, a questão do voto consciente, do incentivo da escola neste processo, se as manifestações populares recentes motivam ou não a participação no sufrágio eleitoral, onde os alunos mais lêem sobre política, dentre outros pontos concernentes à matéria.

Realizar-se-á também um bate-papo com o professor de Sociologia da escola, com o fito de se obter informações de como esta vem atuando na temática da política e na importância da participação do aluno nos processos decisórios de nossa democracia.

Além disso, será inserido na pesquisa um espaço voltado para divulgação do projeto POLITIQUEÊ, o qual não tem vínculo partidário e é desenvolvido por estudantes graduados e pós-graduados de vários cursos, principalmente do de Ciências Políticas da Universidade Federal de Pernambuco, como exemplo de atividade positiva de incentivo de participação dos jovens/estudantes da rede pública do Recife, nos processos democráticos, abrindo espaço de debates de como é feita na prática a política.

OBJETIVOS DA PESQUISA

- **OBJETIVO GERAL**

Fomentar na escola a importância de abrir espaço de discussão que envolva o tema da política, oportunizando ao estudante com faixa etária entre 16 a 18 anos incompletos e apto para o alistamento eleitoral facultativo, que compreenda o sistema político ao qual está inserido e a efetivação da cidadania participando dos processos decisórios eleitorais do país.

- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Diagnosticar razões pelas quais o jovem parece ter perdido o interesse pela política e pela participação eleitoral;
- Averiguar como os alunos compreendem os temas relacionados à política e ao processo eleitoral, tais quais: a importância do alistamento eleitoral, do voto consciente, da participação dos processos decisórios; e,
- Comentar sobre um projeto no Recife que vem propagando uma educação política nas escolas da rede pública do Recife.

METODOLOGIA

Aplicou-se uma metodologia de pesquisa com combinação mista qualitativa/quantitativa, com vistas à comparação de dados e variáveis específicas, juntamente com a perspectiva de análise no contexto de sua ocorrência, dos agentes envolvidos e de questões abertas com opiniões livres sobre os temas que envolvem a política, envolvendo além dos alunos com faixa etária para o voto facultativo, também o docente da escola que atua nesta área e pessoas externas que realizam um projeto positivo da política em escolas da rede pública do Recife.

O trabalho também se valeu da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96, do Estatuto da Criança e do Adolescente e, principalmente, das normas destinadas a assegurar a organização e o exercício dos direitos políticos, precipuamente os de votar e ser votado.

Para a análise da pesquisa foram utilizados recursos de aplicação de questionários com perguntas de múltipla escolha, como também contendo questões abertas, entrevistas, dados fornecidos por sites oficiais do Tribunal Superior Eleitoral e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além de pesquisa analítica-dedutiva de artigos e monografias com matérias correlatadas divulgadas no *site* da *scielo*, como também em livros didáticos.

O estudo enfatizou um trabalho metodológico quantitativo com o recurso de questionário visando a comparação de dados de três turmas, duas das séries do 2º ano e uma do 3º ano do ensino médio, tanto do turno matutino como vespertino do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco, com alunos entre 16 (dezesseis) a 18 (dezoito) anos incompletos, onde foram analisadas informações sobre escolaridade, interesse no alistamento e na participação do sufrágio eleitoral, no tema da política, participação nas manifestações, dentre outras informações relacionadas aos objetivos da pesquisa. Para tanto, foi gasto um período de cerca de 15 (quinze) horas.

Foram realizadas entrevistas com duração aproximada de 3 (três) horas com a Diretora e Vice-Diretora do Projeto Polítiquê, com o objetivo de se averiguar um exemplo já existente de abordagem positiva da temática da política nas escolas.

Realizou-se também uma entrevista de 2 (duas) horas com o professor da disciplina de Sociologia do Colégio de Aplicação, com perguntas voltadas mais para o contexto do docente e como a escola vem atuando na propagação do tema da Política entre seus alunos.

Frise-se que o Colégio de Aplicação do Recife, o qual ampara princípios pedagógicos e ideias defendidas pela Escola Nova, é um dos 17 (dezessete) existentes no país vinculados a faculdades e universidades, os quais se destacam por estarem interligados às necessidades das instituições que estão integrados. Os quais, em síntese, apresentam propostas renovadas para a reforma curricular, abordagens didático-pedagógicas, com foco na educação básica e formação de professores.

A forma de ingresso é por seleção por concurso público aberto no sexto ano do ensino fundamental. O acesso é altamente concorrido, em virtude da escola ser gratuita, correntemente atingir uma média expressiva na avaliação do ENEM e constantemente aprovar número considerável de alunos nos cursos das Universidades públicas do Estado de Pernambuco.

Inaugurado desde 1958, localizado no campus da Universidade Federal de Pernambuco, mantido e administrado por esta, o Colégio obedece às prerrogativas do art. 207 da Constituição Federal, que corresponde ao princípio conferido às Universidades de obediência à indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

A última atualização do Projeto Político Pedagógico da Escola data do ano de 2014 e aponta como principais objetivos:

- *fomentar atividades educativas voltadas para a construção do indivíduo crítico, autônomo, solidário, ético e responsável;*
- *desenvolver experimentações pedagógicas, diretamente associadas ao Projeto Institucional da UFPE relativo à formação inicial e continuada de professores;*
- *ter a pesquisa como fonte de conhecimento, princípio da prática docente, segundo critérios epistemológicos e de compromisso social;*

- *promover projetos de extensão, enquanto compromisso público que a Universidade deve ter com a sociedade.*

Demais dados e características do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco estão disponibilizados no item referente aos Anexos deste trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO

O ponto crucial do presente trabalho tem por base o conceito de Educação Política, mas numa perspectiva de ensino e diálogo no ambiente escolar sobre o entendimento de como se processa a política de maneira ampla em nosso país, seja esta profissional, institucional ou organizacional, como estão distribuídos os Poderes, como se efetiva o sistema representativo e, principalmente, como o cidadão pode influir na constituição do poder político, com enfoque para o jovem eleitor, entre 16 e 18 anos incompletos, enquadrado no voto facultativo.

Uma temática pedagógica que também vislumbre a importância do alistamento eleitoral, do voto consciente e a abordagem de questões políticas atuais que estejam afetando a realidade de todos; inserida em uma análise da política do dia-a-dia, ou seja, no agir político, onde todos interferem no ambiente social em que vivem.

Nesse pensamento, a junção dos termos *educação* e *política* nos remete a vislumbrarmos os liames que envolvem a política profissional ou institucional e a do cotidiano, inseridos numa análise histórica, crítica, racional e contextual, principalmente de assuntos voltados para a atualidade, as quais propaguem a participação, o diálogo, a ética, o respeito à diversidade de opinião e a tolerância diante as diferentes ideologias e pontos de vistas. Pensar a política como algo que condiz a todos, cada um com seu papel de participação e fiscalização e não no sentido de apenas transferir as ocorrências e ações políticas aos representantes democraticamente eleitos, ou seja, para o político profissional.

Uma Educação Política que possibilite a difusão do conhecimento dos direitos políticos e da condição de cidadão como aquele que intervém na esfera política, seja votando ou sendo votado. Daí a importância de estudar e analisar o tema do voto, seu conceito, o sufrágio, seu sistema obrigatório ou facultativo.

O doutrinador José Afonso da Silva (2004) declara que os direitos políticos são “os consistentes na disciplina dos meios necessários ao exercício da soberania popular”. Pensamento este compartilhado por Alexandre de Moraes (2003) ao definir direitos políticos como “o conjunto de regras que disciplina as formas de atuação da soberania popular, conforme preleciona o *caput* do art. 14 da Constituição Federal. São direitos públicos subjetivos que investem o indivíduo no *status activae civitatis*, permitindo-lhe o exercício concreto da liberdade de participação nos negócios políticos do Estado, de maneira a conferir os atributos da soberania”.

Vejamos o exposto no capítulo IV, referente aos Direitos Políticos, constante na Carta Magna do Brasil de 1988 que normatiza o voto em nosso país:

“Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Depreende-se da leitura do artigo acima que o voto é obrigatório para os cidadãos entre 18 (dezoito) e 70 (setenta) anos e facultativo entre os de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) anos. Como também por ser secreto e personalíssimo, o eleitor tem a liberdade de escolher o candidato, votar em branco ou anular seu voto. Sendo assim, o voto é a expressão subjetiva do eleitor e, por isso, para ser efetivo decorre de um processo de comprometimento, de análise do candidato, de história política deste e do partido que mantém coligação e vários outros aspectos que o reveste de legitimidade, sinceridade e autenticidade. Conforme afirma Amora (2003), voto significa o “modo de manifestar a opinião num pleito eleitoral”.

A natureza do voto é tema de vários embates doutrinários, alguns defendem que este tem uma função jurídica, visto que quando revestido de obrigatoriedade, dá ênfase ao comparecimento do eleitor na sessão eleitoral, independente se a cédula expressa uma vontade ou não. Para outros, a natureza do voto também apresenta uma função social do eleitor, posto que este se materializará quando da escolha, livre e concreta, de

um representante ou candidato. A obrigatoriedade do comparecimento, mas não do voto especificamente, apenas apresenta o cumprimento do dever jurídico, mas não no cumprimento do dever político-social, fato este que resultará em possíveis problemas para um país, como assevera José Afonso da Silva (2004).

Ressalte-se, nesta oportunidade, que o não comparecimento à sessão eleitoral, com exceção de ser justificado, resulta em possíveis sanções previstas por lei, tais quais não poder se matricular em estabelecimento de ensino público ou privado, não promover ações populares ou impetrar denúncia para *impeachment*, diferentemente da natureza político-social pois esta não acarreta em penalidade alguma, por estar revestida de algo intrínseco ao ser, moral, algo ético, resultante da vontade, da liberdade de se expressar, da consciência dos efeitos sociais decorrentes de suas decisões.

No sistema facultativo, o qual interessa ao presente trabalho, o dever político-social é que tem mais expressividade, em virtude de não estar prevista sanção no caso de ausência ou não justificação ao comparecimento no período eleitoral. Por isso, é tão importante propagar sua efetivação, visto que detém esta característica de liberdade, de vontade concreta, mas sem deixar de frisar também a necessidade do comparecimento, pois sem este aquele não se configura. Ensina-nos Sampaio Ferraz Júnior (2003) que o querer é algo íntimo, decorre da escolha entre realizar ou não a culminância de determinado ato, daí não ser possível obrigar alguém a que realize uma determinada escolha, pois este tem a liberdade intrínseca da vontade.

Durante muito tempo, persistiu em nosso país a ideia de que alguns assuntos não devem ser comentados ou dialogados, com a justificativa de não chegar nunca a algum consenso. Um exemplo disso é o dito popular, “política, futebol e religião não se discutem”.

No entanto, de fato, após a abertura política e o fortalecimento da democracia, percebe-se que esta perspectiva vem se reinventando. O futebol nunca foi tão comentado e a política também, com a ressalva apenas do tema da religião que, apesar de ter assegurado no inciso VI, art. 5º da Constituição de 1988, o livre exercício dos cultos religiosos e a garantia da proteção aos locais de cultos, ainda é notória a carência de uma maior abertura de diálogo, mas isso é um outro tema de pesquisa.

Indiscutivelmente, algo que vem possibilitando bastante esta abertura no conhecimento de fatos políticos e na comunicação entre os membros da sociedade são as novas tecnologias da informação (TIs), contribuindo nas chamadas *Cyber Democracy* ou *E-Democracy*. No entanto, percebemos que os efeitos destas fazem parte de matérias

abrangentes e divergentes entre vários estudiosos do assunto. Conforme afirma Sivaldo Pereira da Silva (2005), quase toda a literatura sobre os efeitos da democracia digital reconhecem a potencialidade comunicativa das Tecnologias da Informação e da Comunicação (principalmente a interação em larga escala). O autor define esta ferramenta tecnológica como de interação horizontal em massa, em virtude de ser capaz de interferir na relação entre o cidadão e o seu governo.

A Internet e as redes sociais possibilitam a reunião de indivíduos em vários debates e a propagação de dados oficiais ou na chamada transparência das informações, principalmente no que concerne ao assunto da política. No entanto, não se pode ser ingênuo na afirmação de que estes mecanismos apenas tenham um aspecto positivo, posto que, segundo assinala Marques (2006) não há a garantia de que as pessoas queiram discutir determinado tema, que este ocorra de maneira frutífera, tampouco que o resultado venha a atingir as esferas representativas e deliberativas. A Internet para este autor, não se apresenta no sentido meramente negativo ou de prejuízo para a democracia, mas também não tem o condão de acarretar numa revolução no âmbito governamental.

São inúmeras as opiniões sobre as ressalvas à Internet e o uso das redes sociais enquanto discussão política e na esfera pública, dentre as quais Marques (2006) destaca que esta é caótica, pouco afeita a racionalidade, incapaz de viabilizar um debate positivo e, tampouco, é levada a sério pelos órgãos deliberativos do poder. Em contrapartida, afirma o autor que, funcionando mal ou bem, a Internet e os ambientes digitais proporcionam propagações de discussões e opiniões nunca antes possíveis.

Obviamente, não se intenta aqui esgotar o tema da democracia digital. No entanto, este foi destacado neste trabalho, pois os efeitos hoje que a Internet acarreta, principalmente nos usuários com a faixa etária proposta na presente pesquisa (16 – 18 anos incompletos), transcendem o da mera discussão ou debate sobre determinados assuntos. Um exemplo disso é que os diálogos nas redes sociais, possibilitam aos participantes agendarem e instigarem a participação em massa em vários movimentos e mobilizações sociais, sejam essas de cunho político ou não. Além disso, observa-se que esses *cyber* debates, além de proporcionarem uma abertura na comunicação, frequentemente vêm gerando opiniões públicas também de cunho pejorativo e discriminatório, ocasionando no aumento dos índices da intolerância, da violência e do preconceito também veiculados nas próprias redes de comunicações.

Neste prisma, o uso que se faz destas tecnologias atuais na comunicação exige um comportamento mais cauteloso, principalmente no que se refere à política. Para Malina (1999) as comunicações realizadas nas redes sociais resultam na maioria das vezes em relações ambíguas e o que se observa é que para fins políticos se leva em consideração a maneira como esta se apodera da esfera social e não apenas a sua capacidade de interação entre as pessoas.

Não se encontra na literatura científica um estudo específico de como esta ampliação da comunicação veiculada pela Internet afeta na participação política do jovem. No entanto, uma informação concreta que se tem é a de que estes (no recorte etário de 14 a 24 anos) formaram mais de 43% dos manifestantes que compareceram às diversas mobilizações no país na chamada “primavera brasileira” em junho de 2013, as quais foram propagadas pelas redes sociais, conforme se averigua nos dados fornecidos pelo IBOPE (Portal G1, 2013), como se observa abaixo:

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Sexo:

- Masculino: 50%
- Feminino: 50%

Idade:

- 14 a 24 anos: 43%
- 25 a 29 anos: 20%
- 30 a 39 anos: 18%
- 40 ou mais anos: 19%

Inobstante a expressiva participação dos jovens na manifestação conhecida como “Movimento Passe Livre”, de 2013, os índices dos percentuais no alistamento e na participação dos jovens com faixa etária do voto facultativo decaíram na última eleição, como se averigua abaixo nos dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral:

Tribunal Superior Eleitoral
O Tribunal da Democracia

Mapa do site • Página inicial • Conteúdo principal • Ir para busca • Portal JE

English • Acessibilidades

Institucional **Eleições** **Eleitor** **Imprensa** **Jurisprudência** **Legislação** **Partidos** **Transparência**

Pesquisar [Pesquisar...] busca avançada

Acompanhamento processual e Push | Diário da Justiça Eletrônico | Inteiro teor de decisões | Pesquisa de Jurisprudência | Petição eletrônica | Sessões de julgamento

► Eleitor / Estatísticas de eleitorado / Estatística do Eleitorado por Sexo e Faixa Etária

Estatística do Eleitorado por Sexo e Faixa Etária

Parâmetros de pesquisa

Ano: 2014
Mês: Dezembro
Abrangência: Brasil **PESQUISAR**

Distribuição por sexo e faixa etária

Faixa Etária	Masculino(M)	%M/T	Feminino(F)	%F/T	Não Informado(N)	%N/T	Total(T)	%/TT
Inválida	2.600	48,240	2.787	51,710	3	0,060	5.390	0,000
16 anos	184.058	48,370	196.490	51,630	0	0,000	380.548	0,270
17 anos	792.378	49,830	797.642	50,170	0	0,000	1.590.020	1,130
18 a 20 anos	4.355.394	49,770	4.395.259	50,230	0	0,000	8.750.653	6,220
21 a 24 anos	6.314.690	49,430	6.461.250	50,570	0	0,000	12.775.940	9,080
25 a 34 anos	16.184.763	48,610	17.111.557	51,390	0	0,000	33.296.320	23,660
35 a 44 anos	13.362.317	48,080	14.429.018	51,910	2.992	0,010	27.794.327	19,750
45 a 59 anos	15.601.317	47,350	17.288.739	52,470	61.424	0,190	32.951.480	23,410
60 a 69 anos	5.891.675	46,270	6.811.432	53,500	28.949	0,230	12.732.056	9,050
70 a 79 anos	3.018.954	44,540	3.740.735	55,180	18.871	0,280	6.778.560	4,820
Superior a 79 anos	1.656.857	44,810	2.025.650	54,780	14.970	0,400	3.697.477	2,630
TOTAL(TT)	67.365.003	47,860	73.260.559	52,050	127.209	0,090	140.752.771	100,000

[Exportar dados](#)

1 - 12

Os dados explicitados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) demonstram que em relação ao eleitorado da última eleição (2010) o número de eleitores entre 16 e 17 anos teve um percentual aproximado de 30% reduzido. Em 2010 eram 2,39 milhões de eleitores dessa faixa etária, já em 2014 foram pouco mais de 1,63 milhão aptos a votar nessa faixa etária (Imprensa/TSE, 2014).

Ao comentar sobre as estatísticas do eleitorado de 2014 no site oficial do TSE, o Ministro Dias Toffoli atribuiu o fato da diminuição do eleitorado com faixa etária entre 16 e 17 anos à mudança na metodologia aplicada na Justiça Eleitoral, a qual passou a considerar a idade que o eleitor tem no dia da eleição, diferentemente de antes que a idade que valia era a que vigorava até o dia 30 de junho. Outro motivo destacado pelo Ministro, com fulcro nos dados obtidos no IBGE, foi o de que o eleitorado brasileiro está envelhecendo (Imprensa/TSE, 2014).

A diminuição do eleitorado do recorte etário entre 16 e 17 anos pode significar que a juventude ao invés de procurar participar da chamada política convencional que implica no alistamento e no voto, esteja buscando outras formas de se expressar socialmente e, as inúmeras participações nas diversas manifestações nas ruas e nas redes sociais, comprovam isso. Como instigam Rocha e Cunha (2014) as ferramentas tecnológicas de comunicação, apresentam uma enorme possibilidade de discussão e mobilização, sem apresentar custos para os participantes e, por isso, questionam: “essa realidade está constituindo um novo comportamento político da juventude que se reflete no comparecimento eleitoral?”.

Dentre os motivos comumente mais destacados para o desinteresse, a apatia e o comodismo do eleitor em geral quanto ao assunto da política, destacamos: a rejeição às instituições políticas, os índices de corrupção, o não cumprimento dos programas das campanhas, o descaso com os serviços públicos (saúde, educação e segurança). Entretanto, com o fácil acesso às informações tal rejeição e distanciamento não pode ser tachada meramente como um afastamento alienado, mas uma rejeição concreta aos políticos profissionais e a própria política formal ou institucional, embora não da política em si, como opinam Rizzine, Caldeira e Barros (2010).

Esta não-ação ou rejeição podem mesmo se revelar como uma crítica, mesmo que apenas no nível imaginário do jovem eleitor e, o conhecimento das atuais práticas políticas, podem ensejar na repúdio “consciente” à política institucional, como esclarecem Rizzini, Caldeira e Barros (2010). Ocorre que, o jovem eleitor, com idade entre 16-17 anos que detém a garantia constitucional ao voto facultativo, que participa de variadas formas de mobilizações e atuações críticas à política atual, mas se opõe a participar da política institucional, não realizando tanto o alistamento, como se negando a participar efetivamente do sufrágio eleitoral, atinge de maneira incompleta a democracia participativa.

De certo que mudanças de atitudes sobre a questão política vêm ocorrendo no país, muitas resultantes da influência da Internet e redes sociais, mas de fato os brasileiros estão cada vez mais descrentes nas instituições formadoras do estado democrático, as quais vão se adaptando às práticas e procedimentos inapropriados, gerando uma instabilidade quanto ao futuro da democracia, capaz até de institucionalizar cada vez mais a indiferença e apatia da arena política, sendo danoso para a solidificação do estado democrático, como afirma Baquero (2001).

Daí a importância de abrir espaço dentro do ambiente escolar para os temas ligados à Educação Política. O jovem eleitor muitas vezes se sente distante deste mundo paralelo e novo que passa a integrar sua realidade chegando mesmo a rejeitá-lo sem nem mesmo conhecê-lo adequadamente ou assimilando inadequadamente os assuntos que são veiculados no ambiente digital, por isso, precisa ser oportunizado a este uma leitura e discussão apropriada sobre o tema da política do cotidiano, como também as informações reais de como a política institucional está inserida em nossa democracia.

Os termos democracia e cidadania estão contidos no entendimento da educação política e, assim, não se pode exigir do cidadão um comportamento adequado sem antes propiciar a ele o entendimento crítico do que seja a cidadania participativa. Assim, a

democracia só será efetivada com um estímulo à formação política do jovem no ambiente escolar, seja como tema transversal, disciplina específica ou com a inserção de projetos sociais que atuem nesta perspectiva, no qual prevaleçam os valores éticos e o respeito a diversidade e ao diálogo, criando assim condições para uma ação participativa, transformadora e interligada também aos temas voltados aos direitos humanos.

AÇÕES INTERVENTIVAS

Esta parte do trabalho visa a obtenção de dados e informações, mediante duas entrevistas, uma a ser realizada com membros atuantes do projeto Politiquê que incentiva o estudo da política nas escolas e, a outra, com o professor da disciplina de Sociologia do Colégio de Aplicação. Aplicar-se-ão também questionários com alunos na faixa etária estudada, com o fito de obter uma comparação entre estes quanto as opiniões acerca da participação no alistamento e sufrágio eleitoral, se a escola aborda o tema da política, dentre outros concernentes ao tema da política.

Com o objetivo de demonstrar uma atividade positiva que atua no sentido de trabalhar o tema da Educação Política com estudantes integrantes das escolas da rede pública do Recife, com faixa etária entre 14 e 25 anos, será realizada uma entrevista no dia 29 de agosto, às 11hs, com Diretor do projeto “Ação: Politiquê? Nas Escolas”.

A entrevista terá duração aproximada de uma hora meia e abordará as seguintes questões:

- a) Como surgiu o Projeto Politiquê?
- b) Comentar um pouco da história do projeto?
- c) Quais os principais objetivos?
- d) Como são escolhidos os integrantes do projeto?
- e) Qual o público-alvo?
- f) O projeto incentiva a importância da participação política do jovem?
- g) Principais dificuldades que o projeto enfrenta?
- h) Qual a visão política defendida pelo projeto?

Na oportunidade da entrevista será solicitado material escrito ou outro documento que o projeto tenha e que possa ser inserido na pesquisa, principalmente os que

tenham opiniões dos jovens sobre a temática da política, no intuito de colher dados qualitativos para a pesquisa, principalmente sobre a percepção dos membros acerca do projeto e sobre o interesse dos jovens com relação ao tema da política e da participação eleitoral.

Na segunda-feira, dia 31 de agosto, por exigência do Serviço de Orientação Educacional e Psicologia – SOEP, do Colégio Aplicação, serão entregues termos de consentimentos aos pais e/ou responsáveis para a participação dos alunos, tanto na aplicação dos questionários como na aula cujo tema versará sobre “cidadania e política”.

O Colégio recomendou que a atividade seja realizada em três turmas do Professor da disciplina de Sociologia, doutor em Ciências Políticas, Sr. Erinaldo Ferreira do Carmo.

As turmas indicadas foram:

- a) 2^o Ano – Turma A e B, horário matutino e vespertino, com um número de 30 (trinta) alunos cada e,
- b) 3^o Ano – Turma A, horário matutino, também com 30 (trinta) alunos.

Será oportunizado um tempo de 15 (quinze) minutos para dialogar com os alunos sobre o objetivo do presente projeto de pesquisa e 15 (quinze) minutos para a aplicação dos questionários.

Para a turma do 2^o ano – B foi agendada a data de sexta-feira, dia 04 de setembro de 2015, às oito horas e 15 minutos, já para a turma do 2^o Ano – A, foi marcada a data do dia 11 de setembro, às 15 horas, em ambas foi reservado um tempo aproximado de 30 (trinta) minutos para realizar uma breve síntese do objetivo da pesquisa e a aplicação do questionário com os alunos.

O mesmo será realizado na turma do 3^o Ano- A, mas a atividade foi agendada para o dia 14 de setembro de 2015, às 10 (dez) horas, pois estava anteriormente apontada para o dia 04 de setembro, mas coincidiu com o período de jogos escolares e precisou ser alterada.

Os dados colhidos entre as turmas servirão como análise de opiniões e comportamentos dos alunos quanto ao tema da política, principalmente no interesse na participação política eleitoral, como também no conhecimento da abrangência da política nos ambientes em que estão inseridos (escola, trabalho, comunidade etc).

Dos questionários aplicados serão comparadas as respostas das turmas sobre o tema, como também serão quantificados os dados referentes ao interesse do jovem com idade

para o voto facultativo, no alistamento eleitoral e na participação no processo político democrático e compreensão de como a política interfere nos ambientes em que este se encontra inserido.

As respostas dos questionários objetivam também analisar, com dados específicos, se a escola propicia um ambiente adequado de discussão sobre a política e no incentivo da participação do jovem/estudante no processo eleitoral.

Por fim, será realizada uma entrevista no dia 04 de agosto de 2015, às 11:00h (onze horas) com o professor da disciplina de Sociologia do Colégio de Aplicação, Prof. Erinaldo Ferreira do Carmo, com o fito de colher informações e dados sobre como a escola aborda o tema da política e da participação do jovem no processo democrático eleitoral, como também informações sobre os principais enfrentamentos que os docentes encontram para abordar o tema da política na escola.

CRONOGRAMA

29/08/2015 – 11hs – Entrevista com Diretora e Vice-Diretora do Projeto Politiquê.

04/09/2015 – Síntese e aplicação dos questionários – 8:10h, turma 2^o ano – B

04/09/2015 – Entrevista com o professor da disciplina de Sociologia do Colégio de Aplicação – 11:00h - Prof^o Erinaldo Ferreira do Carmo.

14/09/2015 – Síntese e aplicação dos questionários – 15hs, turma 2^o ano – A.

14/09/2015 – Aula e aplicação dos questionários – 10:15h, turma 3^o ano – A.

14/09/2015 a 18/09/2015 – Comparação dos dados colhidos da aplicação dos questionários e inserção das informações obtidas nas entrevistas e nas aulas, totalizando para tanto um período de 20 (vinte) horas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO

I - Estudantes do colégio de aplicação da Universidade Federal de Pernambuco: opinião, reflexão e pensamento crítico -

No intuito de analisar como os estudantes, com faixa etária entre 16 e 18 anos incompletos vislumbram os temas relacionados à política no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco, qual a influência das redes sociais neste processo, como também na busca de mensurar os que efetivamente tiraram o título eleitoral e almejam participar das eleições, foram aplicados questionários, com perguntas fechadas

e abertas, em duas turmas do 2º ano e uma do 3º ano do ensino médio, totalizando uma quantidade de 70 (setenta) participantes neste processo de intervenção na escola.

Vejamos abaixo dados coletados durante o trabalho de intervenção, onde os questionários foram aplicados separadamente, nos horários da disciplina de Sociologia de cada turma, devidamente autorizado pelo professor Erinaldo do Carmo Ferreira.

Com relação à faixa etária em análise na pesquisa, constatou-se que 8 (oito) alunos têm 15 anos, 34 (trinta e quatro) estão com 16 (dezesesseis anos), 22 (vinte e dois) com 17 (dezesete anos) e 06 (seis) estudantes com 18 (dezoito) anos. Averigua-se, portanto, que 08 (oito) não têm o direito ao alistamento, 56 (cinquenta e seis) dos 70 (setenta) alunos das turmas estudadas estão aptos a tirarem o título e a comparecer ao voto facultativo de 06(seis) estão inseridos no alistamento e voto obrigatório.

Em termos de gênero observa-se que 35 (trinta e cinco) são estudantes do sexo feminino e igual número (35) também é composto por estudantes do sexo masculino. Resultado interessante, posto que o ingresso na escola Aplicação se dá no 6º ano, por concurso público de livre concorrência e participação, onde a única exigência é que o estudante esteja cursando a 5ª série no mesmo ano do processo seletivo, ou seja, este número demonstra uma igualdade de participação quantitativa entre ambos os sexos.

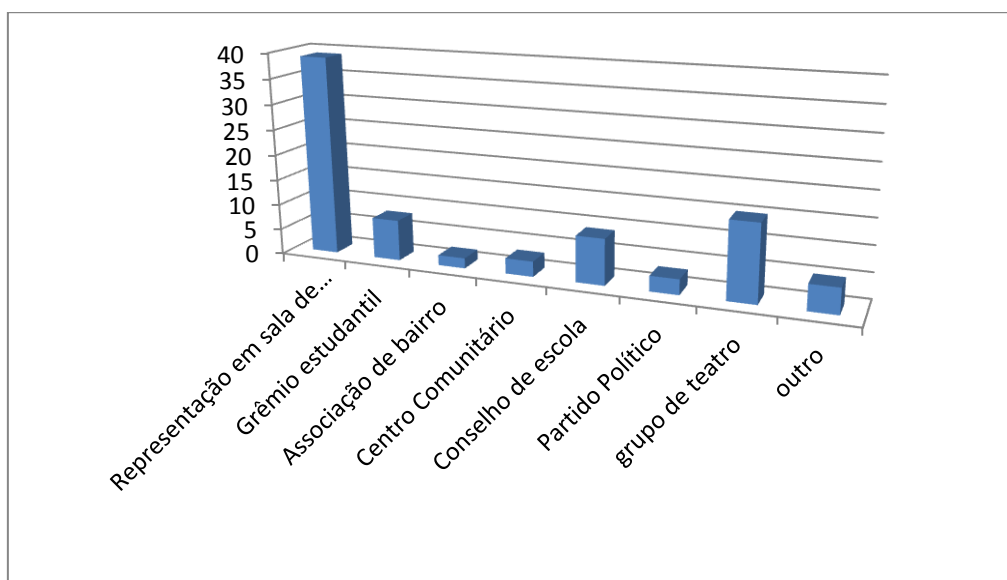
Deste contingente 45 (quarenta e cinco) alunos estão cursando o 2º ano e 25 (vinte e cinco) o 3º ano. No entanto, vê-se importante ressaltar que neste trabalho de intervenção foram aplicados questionários em duas turmas do 2º ano e que apenas uma turma do 3º ano participou desta atividade, daí a diferença numérica entre os estudantes das séries distintas.

Frise-se, nesta oportunidade, que algumas dificuldades se apresentaram durante o período de intervenção. Uma foi que a greve dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal atingiu também o Colégio de Aplicação e, consequentemente, os docentes estavam com seus horários preenchidos pois acumularam as atividades dos técnicos para que o semestre escolar não fosse prejudicado. O outro fator que dificultou um pouco o trabalho foi que na mesma semana em que as atividades da intervenção foram autorizadas pelo Serviço de Orientação e Experimentação Pedagógica - SOEP, estavam ocorrendo também os jogos escolares e os alunos estavam bastante focados nestes.

Outro dado é que dos 70 (setenta) alunos que participaram da pesquisa a maioria apenas estuda, 02 (dois) estão trabalhando, 03 (três) no momento não estão trabalhando mas já trabalharam e, atualmente, nenhum está procurando trabalho. Tal dado possivelmente resulta do fato de que os estudantes do Colégio de Aplicação provêm em sua maioria de escolas particulares e de famílias com nível econômico e escolar que não podem ser equiparadas ao normal das demais escolas públicas de Pernambuco que resulta em uma realidade de que os estudantes na faixa etária estudada já estejam conciliando o estudo com o trabalho.

Em termos de participação em alguma organização estudantil, política, social ou cultural, obteve-se o seguinte gráfico:

PARTICIPAÇÃO EM ALGUMA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, SOCIAL OU CULTURAL



Nesta informação, o aluno ficou livre em assinalar quantas participações na escola, comunidade, partidária ou outra já realizou ou está realizando, mas o dado que aqui prevalece é que 55% já participou como representante de sala de aula, intercalando com outras atividades na escola, no caso, no Grêmios Estudantis e no Conselho da escola. Outras participações especificadas pelos alunos foram na Igreja, grupos de leituras, além de torcida organizada de time de futebol e outra de lazer. Dos 70 (setenta) alunos, 22 (vinte e dois) nunca participaram de nenhuma atividade relacionada com a política, ou seja, 48 (quarenta e oito) alunos já participaram ou participam de alguma atividade.

Observa-se que a maioria participou ou participa de atividades políticas existentes principalmente na escola, o que como defende Castro (2008) pode ser resultante de condições subjetivas de pertencimento de uma determinada coletividade, que implicam em responsabilização e na consideração de se assumir como membro, o que significa ser capaz de interferir nas decisões ao seu redor.

Inobstante o alto número de participação nas atividades políticas da escola, o percentual de participação em organizações partidárias, associações de bairro e Centro Comunitário é baixo, principalmente se relacionado às atuações em grupo de teatro, as quais obtiveram a segunda maior participação dos estudantes, mas que nas respostas apresentadas não há como afirmar se esta participação teatral é realizada dentro ou fora da escola.

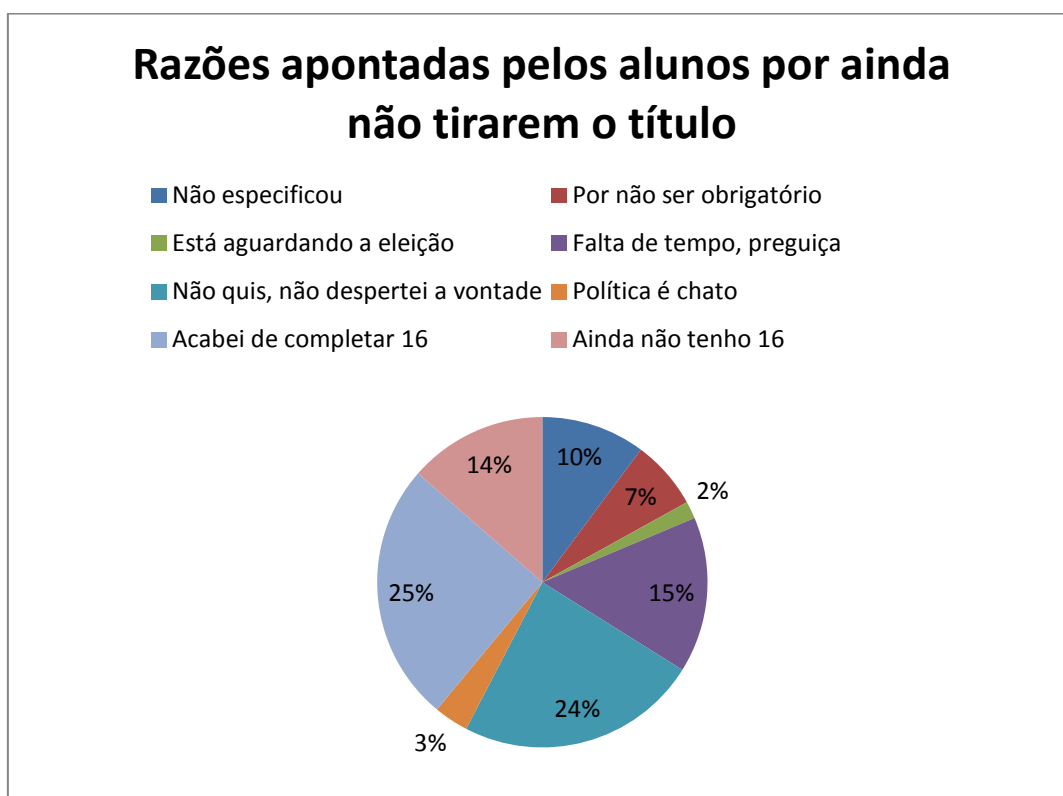
Com os índices apontados averigua-se que a maioria dos estudantes investigados já participou de organizações políticas vinculadas ao ambiente estudantil, o que demonstra que estes apresentam um determinado engajamento prático quanto aos assuntos que remetem a política estudantil. Em contrapartida, ainda persiste um distanciamento quanto às participações veementemente partidárias, o que pode revelar que preferem assuntos locais e com resoluções possíveis, o que não se constata na luta partidária que está inserida em interesses mais amplos e complexos, justificando o afastamento do jovem na “decepção” com interesses distantes daqueles que almejam a transformação social, como assevera Castro (2008).

No que tange ao número de alunos que já tirou o título eleitoral, o resultado foi que apenas 11 (onze) estudantes tiraram o título eleitoral e que 59 (cinquenta e nove) ainda não o fizeram. Repise-se que 08 (oito) alunos ainda estão na faixa etária de 15 anos e, portanto, não podem realizar o alistamento. No entanto, os demais 52 (cinquenta e dois) alunos já estão aptos a tirarem o título, mas destes apenas 11 (onze) já o fizeram, ou seja, com exceção dos 06 (seis) alunos entrevistados que se encontram na faixa etária para o voto obrigatório, apenas 05 (cinco) com idade para o voto facultativo realizaram o alistamento eleitoral.

O presente resultado demonstra uma situação ambígua, posto que a maior parte dos estudantes é participativa no que concerne às atividades políticas características do ambiente escolar, mas não demonstra interesse na participação eleitoral como cidadão. Zanella (2008) quanto a isto apresenta a seguinte indagação: “como podemos ser

cidadãos em uma determinada esfera da vida social (a sala de aula) e não ser em outros contextos sociais? Se essa cisão existe, a cidadania enquanto condição é de fato uma realidade? Somos ou não somos, afinal, cidadãos?”. A autora considera que as respostas a estas perguntas não são imediatas, devem ser oriundas de uma análise crítica, mas assinala a escolarização formal como de suma importância na consolidação de uma sociedade veementemente democrática e participativa, ao mesmo tempo que ressalta que a escola não nos dará de maneira alguma a cidadania, posto que esta decorre da luta e resistência diárias contra fatores de dominação e usurpação.

Das razões apontadas pelos alunos por não tirarem o título eleitoral obtivemos o seguinte resultado:



Observamos que os dois principais argumentos indicados pelos estudantes por ainda não cumprirem com o alistamento eleitoral é porque acabaram de completar a idade mínima para o voto facultativo ou porque simplesmente ainda não o quiseram.

A presente pesquisa não encontra parâmetro suficiente para justificar o distanciamento do jovem das formas de participação política tradicionais, sobretudo, pelo fato de que isto é objeto de vários estudos e discussões doutrinárias. No entanto,

parafraseando Rocha (2014), este comportamento do jovem pode estar associado à desilusão com as políticas públicas e com a situação de crise vivenciada pelo país, como também por simples apatia ou suspeita em relação à política, anomia, perda de valores e de vontade de participar.

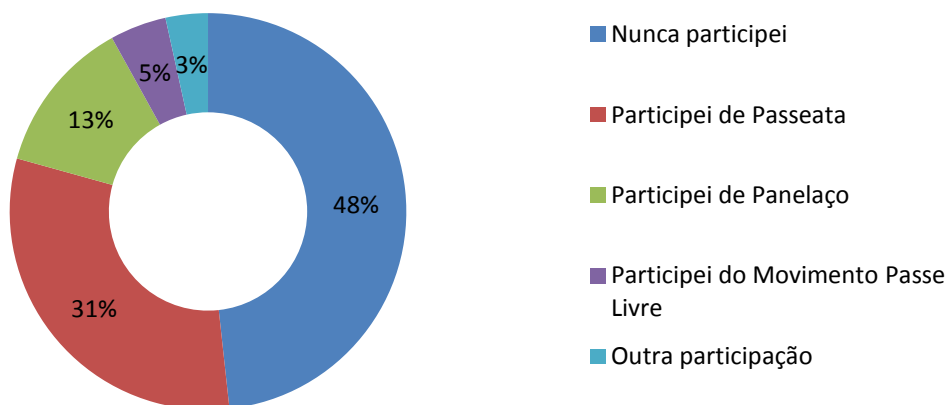
Todavia, quando questionados sobre se pretendem votar nas próximas eleições, 56 (cinquenta e seis) disseram que sim, 12 (doze) negaram tal possibilidade e 02 (dois) não responderam. Além disso, na pergunta sobre a importância do voto, 67 (sessenta e sete) consideram que sim e apenas 03 (três) não o valorizam e justificaram isso por acharem que política é uma farsa ou por considerarem que grande parte da população não é politizada e que o voto deveria ser facultativo. Tal resultado demonstra que a maioria dos estudantes ainda não cumpriu com o alistamento eleitoral, mas apontam para um comportamento positivo futuro quanto a participação do próximo sufrágio.

No item referente a se assistem o horário eleitoral, percebemos que as respostas quase se equiparam, posto que 36 (trinta e seis) disseram que assistem e 34 (trinta e quatro) que não assistem. Neste caso, a maioria justifica o fato de não assistir por simplesmente não ter interesse ou porque é entediante, por discordarem da distribuição do tempo disponibilizado para os partidos no horário, por afirmarem ter TV fechada, por não se encontrarem em casa no horário ou não gostarem de política, os demais não especificaram o motivo.

De fato, o horário eleitoral ainda está longe de verdadeiramente veicular as propostas e campanhas partidárias e, como algo ainda mais negativo, muitas vezes utiliza de vídeos cômicos, repetitivos e meramente musicais para repassar suas ideias, o que distancia ainda mais o eleitor jovem da utilização deste recurso para sua conscientização política. As respostas sobre o horário eleitoral apenas reforçam que o jovem de hoje utiliza cada vez mais os recursos tecnológicos digitais para se manter informado sobre política.

Ao tratarmos da participação do estudante nas atuais manifestações populares, temos os seguintes dados:

Participação do estudante nas atuais manifestações populares



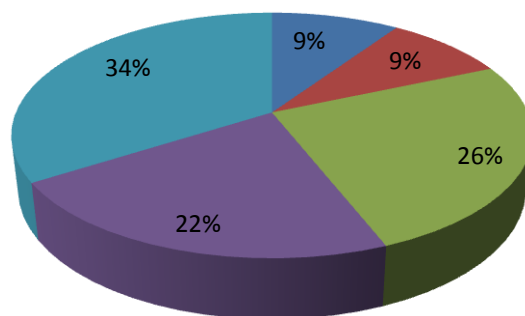
Conforme visto, 48% dos entrevistados não participou de nenhuma manifestação, mas dos que participaram a maioria compareceu às passeatas e chamados “panelaços”, o que ressalta que o jovem vem despertando para participações políticas não-convencionais, as quais em sua maioria são propagadas pelos meios de comunicações digitais ou de massa.

Notamos que do interesse de conversar com os colegas sobre política 62 (sessenta e dois) alunos dizem que sim e 08 (oito) que não fazem isso. O número de alunos que também não concorda com ofensas e xingamentos dirigidas aos políticos também é alta, visto que 55 (cinquenta e cinco) dizem não concordar, 8 (oito) que concordam com esta prática e 05 (cinco) que marcou as duas respostas (sim e não), mas 2 (dois) se abstiveram em responder. As respostas obtidas neste item condizem com o fato de que os alunos aqui entrevistados participam de atuações políticas estudantis e estão acostumados a discutirem a temática da política na escola, principalmente na disciplina extracurricular de Política.

No que se refere aos meios de informações utilizados pelos estudantes para se atualizarem sobre o tema da política, estes podiam marcar tantos quantos utilizam e o resultado apresentado foi:

Meio de informação utilizado pelo jovem

■ Jornal escrito ■ Revista escrita
■ Revista e jornal digital ■ Telejornal
■ Redes sociais (facebook, twiter etc) ■



Percebe-se que a prevalência de meio de informação utilizada pelos estudantes é oriunda do recurso digital, pois 34% e 26% são veiculadas por fontes digitais, totalizando 60% dos meios utilizados pelo jovem. Entretanto, o percentual de informação dos jornais televisos também é alto, pois equivale a 22% das respostas dos discentes.

II - A crença na política e o incentivo à educação política na escola -

No tocante às respostas sobre se os alunos acreditam na política, 04 (quatro) não responderam, 57 (cinquenta e sete) se posicionaram afirmativamente quanto a este item e apenas 09 (nove) não acreditam na política. Repise-se aqui que o questionamento é se os alunos acreditam na política, mas remanesceu neste a contrapergunta se estes acreditam no político para realizar uma comparação, o que foi observado apenas depois da análise dos dados.

Conforme visto, a maioria acredita na política, apesar do índice alto também da não-ação do alistamento nesta faixa etária, o que pode revelar que o estudante atribua que a não participação seja um comportamento crítico, mesmo que no nível do imaginário, que pode tanto atraí-lo para a política ou afastá-lo, mas em ambas situações mantendo uma percepção crítica sobre a política, conforme afirma Florentino (2008).

Quanto ao tema específico da importância de abranger o tema da política na escola, 67 (sessenta e sete) alunos assinalaram que sim, um (01) que não acha

importante e 02 (dois) não responderam. Esta estimativa reforça a afirmativa de Benevides (1996) de que a escola é o *locus* privilegiado para o desenvolvimento da educação para a democracia, embora concorra com outras instituições e meios de comunicação de massa, mas é a única cuja função oficial e exclusiva é a de formar cidadãos livres com conhecimentos da vida social, da política e da ética.

Observa-se também que a maioria aponta que o tema da política é abordado na escola, pois 66 (sessenta e seis) dizem que sim, apenas 03 (três) se posicionaram negativamente e 01 (um) não respondeu. Tendo por parâmetro a resposta positiva do aluno quanto a opinião se o tema da política é abordado em sala de aula, foram apresentadas duas questões abertas e livres para que este especificasse a maneira como a escola discute os temas relacionados à política e o que o aluno mudaria na política.

Dos setenta alunos que participaram apenas quatro não responderam a alternativa sobre a maneira que a escola trabalha o tema política, mas hegemonicamente as respostas dos estudantes foram de que os temas são promovidos por meio de discussões e debates no grêmio estudantil, como também nas salas de aulas das disciplinas de Sociologia, História e Geografia. Também comentaram que a disciplina extracurricular de Política & Eleição ofertada pelo colégio oferece este leque de assuntos atuais que estão relacionados à política, ao voto, as eleições etc.

Vejamos abaixo a transcrição de alguns comentários dos alunos:

“Nas aulas de Sociologia, onde abordamos o tema através de conceitos de cidadania, direitos e deveres. Além de acerca da política também temos nos aprofundado em um debate filosófico nas aulas de Filosofia.”

“De forma racional e consciente, compondo parâmetros de análise para teor histórico e sociológico, também são promovidos debates extra classe. Além disso, a presença do grêmio estudantil e a inserção da escola em um ambiente universitário são contribuintes para esta abordagem.”

“Acontecimentos significativos geralmente são discutidos em aulas como Português, Sociologia, Filosofia e História. Às vezes a política é o próprio tema da aula de Sociologia ou Filosofia.”

“A política é trabalhada dentro das possibilidades da escola. Aprendemos a sermos políticos no colégio para praticarmos quando sairmos. Também falamos sobre o quadro político atual do país em diferentes matérias.”

“Através de debate nas aulas, buscando relacionar fatos atuais com o contexto político atual. Esse tema também é tratado pela liberdade dos alunos e professores de indicarem seus partidos, pensamentos políticos etc. O Grêmio também é uma insituição política importante dentro do colégio, onde temos a oportunidade de reivindicar nossos direitos e de votar.”

“Como o CAP tem como bandeira um ensino crítico, a estrutura política e situações atuais que abrangem o tema são colocados por certos professores, como de filosofia e sociologia. Também temos o Grêmio Estudantil e as representações em sala de aula.”

“De maneira aquela do que é adequado. Apenas em debates ocasionais que nunca vão a fundo ou propõem ideias sólidas.”

“Em períodos eleitorais há uma disciplina facultativa que discute o funcionamento da Política nacional. Além disso, durante classes de história e demais disciplinas há discussões sobre o cenário político”.

“Geralmente através de debates na área de filosofia, sociologia ou português, mas não é nada pontual (que sempre acontece).”

“Em várias discussões na sala de aula, não importando a matéria. Acho muito importante para nossa formação como cidadãos.”

Como esperado, os comentários mais extensos foram os relacionados ao que o estudante mudaria na política e, dentre os que foram opinados destacamos: as leis eleitorais, principalmente na busca de punições mais rigorosas para os casos de corrupção; diminuição dos salários dos políticos; o sistema de financiamento eleitoral; a atuação do Poder Legislativo; redução dos auxílios dos políticos; maior formação acadêmica dos candidatos; a metodologia utilizada para governar, bem como o número de parlamentares; tornaria o voto não obrigatório etc.

Das respostas mencionadas observa-se que a maioria apresenta uma enorme desconfiança no que tange às instituições e aos direitos assegurados aos políticos, fatores estes que podem refletir na busca dos jovens por seus direitos ou até no afastamento destes não só no período de eleição, mas principalmente no alistamento eleitoral como opinam Rocha & Cunha (2014).

Seguem abaixo comentários na íntegra de alguns alunos que especificaram de maneira mais ampla o que eles mudariam na política:

“Acho que mudar não seria a palavra mais adequada e sim mostrar a política e exercê-la do jeito que ela realmente é, não essa política corruptível dos políticos atuais.”

“Uma política real, acredito que atualmente vivemos em uma falsa democracia. Acho que grande parte da população não vota consciente das propostas, mas sim com base em ilusões, promessas e programas vagos.”

“Acredito que o que precisa ser mudado na política, além claramente da corrupção, é a forma como ela é passada para a população, onde desde pequenos somos ensinados que esta não serve, e que não tem solução. É importante a discussão da política nas escolas, não de maneira partidária, mas sim o que ser feito para melhorar o país.”

“Maior postura ética dos políticos, comprometimento com o bom funcionamento da sociedade e do país em todos os setores (planejamento urbano, ambiental, na saúde, educação cidadã).”

“Quebra da noção de que a política é dividida entre partidos de direita e de esquerda; maior rigidez no cumprimento das promessas eleitorais e maior transparência.”

“Eu diminuiria o salário e benefícios dos políticos, fazendo com que o objetivo de se candidatar fosse realmente melhorar o local em que vivemos e não apenas o enriquecimento próprio. Diminuiria também o número de ministérios para apenas o necessário e avaliaria mudanças no sistema partidário, de forma que não tenhamos um excesso de partidos, gerando algo não saudável.”

“A forma como é exposta como sempre algo ruim. Teriam mais aulas sobre o assunto e campanhas de conscientização – o povo também tem poder e nós precisamos saber quais são eles. Precisam para de culpar um partido por todos os males do país – não é só de Presidente que é feito o governo. Mas muitos não entendem isso apenas por falta de informação, algo que poderia ser facilmente remediado.”

III - A visão de profissionais que atuam na educação política no Colégio de Aplicação e na organização não-governamental – Politiquê:

a)- Entrevista com o professor da disciplina de Sociologia e Política do Colégio de Aplicação:

No dia 31 de agosto de 2015 o professor de Sociologia do Colégio de Aplicação, Erinaldo Ferreira do Carmo, o qual oportunizou, em algumas das suas turmas, a realização do trabalho de intervenção da presente pesquisa, dialogou de maneira livre e aberta, acerca de como o tema da política é abordado no colégio e comentou sobre características próprias da escola que as distingue das demais da rede pública de ensino do Estado de Pernambuco.

Primeiramente, vale a pena ressaltar que o referido professor é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e tem vínculo com dedicação exclusiva nessa instituição federal de Ensino, ministrando aula atualmente no mestrado profissional em Políticas Públicas e na atividade de extensão realizada no Colégio de Aplicação, intitulada “Socializando a Sociologia”.

A formação do docente em epígrafe levou à análise da distribuição da formação dos docentes da Instituição e a constatação de que a maioria ou está cursando ou já tem formação com doutoramento, conforme se pode observar nos currículos *Lattes* dos docentes, disponibilizados no site oficial da UFPE referente ao Colégio de Aplicação, mais especificamente na exposição das disciplinas.

Logo no início este explicou que a escola valoriza muito a participação crítica dos alunos e que estes são incentivados a buscarem sempre opinar e serem autônomos, mas que são motivados na escola a fundamentarem as informações principalmente nas

fontes da literatura acadêmica, sejam estas de bibliotecas locais ou virtuais. Tal informação está ressaltada no Projeto Político Pedagógico da Escola quando especifica o tipo de cidadão que almeja para a sociedade, assim vejamos:

“E, nessa sociedade, que tipo de cidadão esperamos ver em interação? Solidário, justo, crítico e autocrítico, consciente, criativo, pacífico, dinâmico, dialógico, flexível, respeitoso, tolerante, partícipe, cooperativo, autônomo... atento à realidade de sua coletividade, preparado para os desafios sociais e existenciais, valorizador da justiça e da democracia, ciente dos seus direitos e deveres, preocupado com as questões ambientais e com a economia solidária, com os valores éticos e as relações de igualdade... em fim, capaz de olhar além dos próprios interesses, que reconheça as diferenças e as respeite, que saiba viver na e para a coletividade”.

Destacou também que os alunos, para ingresso na escola, participam de uma seleção com ampla concorrência e que isto de certa forma está relacionado ao fato da escola ser pública e se destacar como uma das melhores do Estado, principalmente quanto aos resultados nos últimos anos obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Ressalte-se aqui que o Colégio de Aplicação obteve a melhor média no ENEM das provas objetivas entre as escolas públicas do estado em 2014, resultado este que colocou a unidade de ensino no 4º lugar entre as escolas públicas do país. O colégio ainda alcançou a melhor média na redação entre todas as escolas do Estado, com pontuação de 843,85, conforme se pode observar nas notas por escola do ENEM divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Investir numa educação que faça o aluno debater e refletir mais sobre os temas estudados é o caminho adotado pela escola e que leva aos resultados obtidos pelo Colégio, não apenas no ENEM mas na formação de um profissional que valorize o pensamento crítico e o embasamento acadêmico. Aliás, ressalta o professor Erinaldo do Carmo, os docentes da instituição vêem os resultados obtidos no ENEM como algo proveniente de um processo natural, posto que a maioria dos alunos ingressa desde o 6º ano e, logo neste período, são incentivados a lerem bastante e a formularem suas opiniões com uma percepção mais crítica, com debates construtivos e embasados na literatura e nos trabalhos acadêmicos. Destaca ainda que o foco da escola é sempre no aluno e não em resultados de destaque que promovam a instituição. Além disso assevera que o incentivo de pensar além do que está lendo, de opinar e de ouvir os outros desde o

6º ano do ensino fundamental é imprescindível para a interpretação da leitura, da autonomia e da análise crítica, ou seja, o que se busca é pensar o conteúdo.

Certamente, o fato da escola está localizada no campus da Universidade Federal de Pernambuco é um diferencial de comparação com as outras unidades de ensino da rede pública, posto que a proximidade com as bibliotecas e com os trabalhos de extensão realizadas nos Departamentos possibilitam ao estudante um embasamento literário, prático e acadêmico mais amplo. Além disso, afirma Erinaldo, os alunos são beneficiados em programas que fornecem bolsa de pesquisa para atividades de ciência e de extensão, fator este que motiva ainda mais a participação de atividades acadêmicas.

Quanto ao incentivo da Educação Política na escola, o docente frisou que esta além de adotar constantemente na disciplina de Sociologia a discussão de temas atuais que envolvam a sociedade, também oferece como Parte Diferenciada – PD a disciplina de Política & Eleições. Informou também, que essa matéria, a de teatro, de cinema e de fotografia, correspondem aos 25% (vinte e cinco por cento) das disciplinas extras adotadas na unidade de ensino, conforme indicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Inclusive, em 2013, os docentes das disciplinas do PD, de Política e Cinema, professores Erinaldo Ferreira e Érica Patrícia Barbosa de Oliveira, decidiram trabalhar juntos com os alunos o tema da África, cumprindo também com a temática relacionada com a Lei nº 10.639 que determina como conteúdo obrigatório nos currículos do ensino fundamental e médio o enfoque à história, à política e à cultura afro-brasileira, e, esta atividade, resultou na construção de um livro intitulado – *África: estudos e produção do conhecimento no ensino médio*.

Com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão –PROEXT-UFPE que publicou o livro, este é o resultado de uma experiência acadêmico-escolar a partir do qual docentes e educandos, mediante o uso de recursos fílmicos, refletiram sobre aspectos da África e o conteúdo são resultados de artigos elaborados pelos alunos com fulcro nos filmes e textos disponibilizados, afirma Erinaldo.

Quanto à disciplina extra-curricular de Política & Eleições, especificou o professor, tem uma carga horária de 80 (oitenta) horas, que em termos metodológicos recorre a aulas dialogadas, realização de pesquisas, exposição de trabalhos, leitura e

produção de textos e que o conteúdo programático trabalha principalmente as seguintes temáticas: o sentido da política como relação social; a formação e o papel do Estado moderno; os princípios da democracia; o processo eleitoral e as minorias e seus direitos.

O programa de ensino da disciplina do ano de 2014 especifica que esta tem por objetivo:

“...estudar a política partidária e eleitoral no Brasil e compará-la a outras democracias. Pretende, ainda entender as mobilizações sociais por direitos de participação política, a ampliação dos direitos sociais nas últimas décadas, no Brasil e no Mundo, o surgimento de novos direitos e, ao mesmo tempo, acompanhar o processo eleitoral em observação à legislação que trata da propaganda eleitoral”.

Informou o docente que este ano o horário da disciplina extra-curricular de Política & Eleições foi cedido para a disciplina de fotografia, mas que planeja para o próximo ano ministrá-la novamente com o conteúdo programático ampliado para a questão dos direitos humanos. Tal escolha, assevera o docente, remete às mudanças de comportamento do eleitorado brasileiro diante da política, as manifestações populares muitas vezes desvinculadas de um aspecto político específico, a influência das redes sociais e os inúmeros comentários fascistas que incentivam comportamentos intolerantes diante as opiniões divergentes.

Por fim, comentou o docente, que a Unidade sempre busca parcerias externas para trabalhar os temas relacionadas à política na escola e, em especial, destacou a inclusão do projeto “Eleitor do Futuro” na escola. Realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco o projeto, em síntese, leva o tema da cidadania e democracia para os estudantes e, principalmente, o incentivo ao alistamento eleitoral e a participação efetiva do voto nas eleições.

b) Entrevista com integrantes do projeto Politiquê? Nas escolas:

Esta parte do trabalho foi reservada para exemplificar um projeto, realizado pela ONG Politiquê, que atua nas escolas do Recife em ações que propagam de forma positiva temas relacionados à Educação Política. Para tanto, realizou-se uma entrevista no dia 04 (quatro) de setembro de 2015, com a profissional na área de Relações Internacionais, Fundadora e Diretora do Projeto, Camilla Borges (Entrevistada 1), e, a Vice-Diretora e cientista política, Natasha Nóbrega (Entrevistada 2).

- Conhecendo o Projeto Politiquê

A Diretora esclareceu que o projeto surgiu com base em sua história de vida, pois quando adolescente aprendeu com o pai, de maneira acessível e simples, como funciona a distribuição dos impostos no país, como também os aspectos políticos a estes interligados. Daí a constatação da importância de difundir nos jovens, de maneira aberta e de fácil entendimento, questões que geralmente se apresentam como complexas, como a própria política. Para tanto, exemplificou que a Constituição Federal é de leitura normativa e pouco atrativa e, por isso, é fundamental saber passar as informações nela contidas, de maneira que o jovem verdadeiramente se interesse sobre o assunto.

Frisou, então, que o projeto surgiu em 2013, dessa vontade inicialmente vivida por ela e, posteriormente, compartilhada por outras pessoas, de formações acadêmicas variadas, de propagar os temas relacionados à política para os jovens, estudantes do ensino médio, da rede pública de ensino do Recife, de maneira que estes percebam que sem uma base de conhecimento não há como realizar uma análise crítica de como funciona na prática a política.

Ressaltou também, que a melhor maneira de envolver as pessoas ainda é pelo contato presencial, pois o interesse do jovem nos assuntos relacionados à política é muito restrito e para causar algum impacto é preciso investir e desenvolver o lado “humano” deste.

- Principal objetivo do projeto

A E2 esclareceu que o projeto social *Politiquê?Na escola* faz parte de uma organização não governamental – ONG, não possui nenhum vínculo institucional ou partidário e tem como principal objetivo a propagação do tema da política de forma universal, para jovens entre 15 e 25 anos, criando espaço no ambiente da escola para debates sobre o que é e como é feita na prática a política.

Destacou também que o projeto visa mostrar ao jovem que a política está em tudo, que as escolhas e atitudes interferem nas vidas das pessoas, que vivemos sempre em relações de conflitos de interesses e que é preciso saber dialogar e aprender a ceder algumas vezes, assim, o projeto visa o incentivo ao senso de comunidade e ao que denominam de “empreendedorismo cidadão”. Em outras palavras, o projeto busca

transparecer ao jovem que a política está em tudo em nossa volta e que é importante um comportamento político-participativo na sociedade.

- Os integrantes do Projeto -

Segundo a E1 o projeto atualmente conta com 19 (dezenove) membros fixos os quais têm variadas formações acadêmicas. Ressaltou que esta junção de estudantes e profissionais jovens de várias áreas de estudo enriquecem o programa com a interdisciplinariedade do conhecimento.

Esclareceu que o estatuto do projeto ainda está em fase de elaboração, mas que os Diretores estabeleceram algumas exigências e orientações para que a natureza suprapartidária do projeto seja mantida, por isso, o integrante do projeto não pode expor o trabalho para fins partidários ou determinada orientação ideológica, o que se busca aqui é a promoção da educação política como forma de construção de uma sociedade mais participativa.

Integram o projeto ainda os chamados Embaixadores, ou seja, jovens que participam de uma seleção específica para atuarem voluntariamente nas intervenções realizadas anualmente nas salas de aula. Para este ano foram selecionados 25 (vinte e cinco) embaixadores, os quais serão treinados pela equipe do projeto, em um curso preparatório específico com carga horária aproximada de 20 (vinte) horas.

-Explicando as intervenções nas escolas

Quanto aos trabalhos interventivos, a E1 informou que ocorrem anualmente aulas dinâmicas e atrativas no ambiente da sala de aula, com vista a propiciar a participação ativa do estudante, para tanto, deixam este intervir o tempo inteiro, expor sua opinião abertamente ou nas cartolinas disponibilizadas para a discussão, perguntar, atuar conjuntamente nas simulações de votação e, desta maneira, propagar o aprendizado de conceitos de política e cidadania participativa.

Para compreender melhor o interesse do aluno sobre a política e a importância do voto, informou que durante as intervenções é aplicado um questionário com perguntas relacionadas à política.

Esclareceu que no ano passado a Ação Polítiquê? nas Escolas atendeu 1.061 (hum mil e sessenta e um) alunos da rede pública estadual do Recife e que este trabalho,

com a participação de vinte voluntários, teve duração de três meses e propiciou para 41 (quarenta e uma) turmas de 9 (nove) escolas a compreensão de temas sobre política, eleições e cidadania de uma maneira empolgante e compreensível, informação esta que pode ser averiguada no Plano de Trabalho do Projeto que está inserido nos Anexos deste trabalho.

Frisou que também retornam a visitar a escola onde a intervenção ocorre, com o fito de analisar se a visita acarretou em algum impacto positivo efetivo, como por exemplo, na participação do estudante em alguma ação política seja na escola ou outro lugar, como também se este se interessou em realizar o alistamento eleitoral.

Já para este ano o projeto selecionou 25 (vinte e cinco) embaixadores e tem a meta de dobrar o número de alunos que participaram da ação em 2014.

- O público alvo do projeto

Afirma a E2 que o projeto desde o início conseguiu um resultado positivo de atuação na rede pública estadual de ensino, com o incentivo da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, a qual reconheceu a importância do tema e deixou livre a autonomia das atividades do Politiquê, mas o jovem que está na faixa etária de 15 a 25 anos pode ser beneficiado pelo projeto seja este estudante da rede estadual, municipal ou privada de ensino.

Ressalta que o que muda talvez é como a intervenção pode ser realizada, visto que o estudante de escola particular dispõe muitas vezes de recursos tecnológicos modernos que propiciam com que a aula se torne ainda mais interessante e dinâmica.

Pontuou que o fato é que o quadro de voluntários do projeto ainda não consegue suprir a demanda de estudantes da cidade e que foi priorizada a qualidade do trabalho, por isso, o objetivo ficou restrito há um determinado número de estudantes da rede pública de ensino do Recife, mas a expansão deste quadro certamente faz parte do interesse futuro do projeto.

- Principais dificuldades enfrentadas no projeto

A principal dificuldade é a de manter o quadro de recursos humanos, pois o projeto é voluntário e o participante precisa compreender e manter uma postura de

imparcialidade política e ideológica, onde a vontade de transformar a sociedade com parâmetros de respeito ao próximo prevaleçam acima de qualquer outro, assevera a E2.

Assinala ainda que o principal problema é que o projeto não dispõe de recursos próprios. Na verdade, recorre ao incentivo de financiamento por doação pela internet (crowdfunding), como também a participação de empresas privadas para que distribuam parte de seus lucros no trabalho, propagando assim uma consciência do incentivo da educação política para os jovens visando a construção de uma sociedade mais participativa.

- Razão que o projeto abrange a faixa etária de estudantes entre 15 e 25 anos

O assunto foi esclarecido pela E1 ao destacar que nesta faixa etária o jovem ainda está aberto a novos entendimentos e aprendizados, principalmente de cunho político, e que após os vinte e cinco anos a atuação de mudança de comportamento é mais complexa e difícil de ser trabalhada.

Além disso, ressaltou que a ideia é a de uma educação política que incentive a participação e atuação do jovem em todos os ambientes que ele está inserido, possibilitando uma cidadania que ultrapasse o aspecto meramente de alistamento e voto, mas verdadeiramente comportamental e de ação, capaz de expandir o diálogo, o respeito a opiniões divergentes e a criticidade com conhecimento dos temas que envolvem a política.

- Resultados que o projeto já conseguiu atingir-

Esclareceu a E2 que desde o início do projeto o número de estudantes beneficiados nas intervenções em sala de aula aumentou significativamente e que só no ano passado a ação atingiu 1.061 alunos do ensino médio. O projeto também mantém uma fanpage (facebook.com/projetopolitique e www.projetopolitique.com.br) para promover o trabalho e incentivar os temas da política no acesso virtual.

No entanto, destacou que os resultados aparentam ser pequenos, mas que aos poucos vão se encaixando e sendo construídos para um impacto social maior, possivelmente para futuras gerações.

Frisou que o mais importante é a manutenção da garantia da relação de confiança junto com as demais instituições de que o projeto é fiel às propostas expostas,

principalmente a de incentivo de uma educação política sem nenhum vínculo partidário ou ideológico.

- Valores priorizados no projeto

Somos jovens unidos por este sentimento de mudança e de contribuição social, assinalou a E1. Em síntese, destacou que o projeto prioriza: a ética e a confiabilidade, a gestão participativa, o suprapartidarismo em todas as ações, o respeito à diversidade, a integridade cidadã, a colaboração social, a inovação organizacional, a transparência na condução dos projetos e o compromisso com a neutralidade.

COMENTÁRIOS FINAIS

A presente pesquisa constatou que o estudante de faixa etária entre 16 e 17 anos mantém o comportamento de desinteresse em realizar o alistamento eleitoral para o voto facultativo, confirmando com isso os dados propagados em outras pesquisas similares e pelo Tribunal Superior Eleitoral nas recentes eleições do Brasil. Todavia, conforme visto, aproximadamente 98% destes consideram o voto importante, 88,5% conversa com os colegas sobre política e 80% pretende votar nas próximas eleições, o que demonstra que o incentivo da escola investigada quanto aos temas relacionados à Política surte um efeito positivo no entendimento dos estudantes quanto a importância da participação efetiva no processo eleitoral.

Inobstante a lacuna ainda persistente dos estudantes não efetuarem o cumprimento de alistamento eleitoral, demonstrou-se também que estes participam efetivamente de atividades políticas realizadas na escola, conforme se observa nos dados apresentados no que concerne a representação de sala de aula, no Conselho da escola e no Grêmio Estudantil. Estes também apresentam um comportamento participativo em teatros, igrejas, associações e outras atividades, as quais contribuem nos temas que envolvem a política e a cidadania.

Notamos, portanto, que o incentivo à educação política no ambiente da escola é primordial para o ampliamiento do entendimento da política e da participação para uma sociedade democrática. Além disso, ao trabalhar no jovem a reflexão, a criticidade e atitudes coerentes diante opiniões divergentes que remetem à política, a escola contribui para que o estudante amplie seu entendimento sobre como esta está organizada em

nosso país e como efetivamente o jovem pode participar nas decisões que envolvem toda a sociedade.

Ademais, com o número amplo de estudantes que usam as redes sociais para buscar informações sobre os temas relacionados à política, sem o apoio da escola estas “opiniões livres”, muitas vezes desprovidas de conhecimento histórico e cultural, afetarão sobremaneira o comportamento destes no que tange não apenas na percepção sobre a política, no alistamento e no interesse do voto, mas em comportamentos complexos que incentivam a intolerância política, o preconceito e a violência verbal e física em proporções inimagináveis. Esta influência das redes sociais no entendimento e na participação do jovem sobre a política poderia ser objeto de estudo a ser analisado com maior ênfase em outra pesquisa/intervenção.

Os alunos são quase unânimes na opinião de que o tema da política deve ser abrangido em sala de aula. O que demonstra que a juventude se interessa por política e almeja ampliar o conhecimento sobre o assunto. Certamente, que neste item a escola estudada encontra o fato positivo de que o seu contingente de docentes é formado por profissionais com nível de escolaridade significativo, já que a maioria tem formação com doutorado; reforçando aqui o entendimento de que os assuntos que envolvem a política exigem capacitação, bastante conhecimento histórico e criticidade por parte dos docentes que compõem a escola.

A pesquisa demonstra que realmente a conscientização política é um processo contínuo e, por isso, não pode ser abrangida apenas nos períodos meramente eleitorais. Daí a importância da escola abrir espaços de diálogos e incentivar os alunos a participarem também das atividades políticas realizadas não apenas em seu próprio ambiente, como também nos existentes na comunidade e na sociedade a qual estão inseridos. Frise-se, nesta oportunidade, que a escola também pode buscar parcerias externas para trabalhar a questão da política, trazendo projetos que atuam em todos os períodos e que buscam instrumentalizar a reflexão, a criticidade e a atuação coerente dos jovens com os princípios democráticos, como por exemplo, o Projeto Politiquê especificado nesta pesquisa.

A maior dificuldade enfrentada na pesquisa é a constatação do número limitado de referência bibliográfica específica sobre o tema da Educação Política. Percebe-se que muitos utilizam o termo “Educação Política”, mas quase não se encontra na literatura

definições destas duas palavras atreladas. Ademais, o tema da política interliga vários outros que estão intrínsecamente relacionados o que exigiu uma ampliação do objeto do estudo, como por exemplo: alistamento, voto obrigatório, voto facultativo, eleição, formação do quadro político nacional, cidadania participativa, voto consciente etc.

Realizar este trabalho de pesquisa/intervenção foi algo inovador na minha vida profissional. Como não atuo em escola, a pesquisa ajudou bastante a realizar este contato importante com os estudantes, no ambiente em que estão inseridos, dialogar com os mesmos e com os docentes e, assim, vivenciar o cotidiano escolar na prática.

Esta oportunidade foi imprescindível para a elaboração do trabalho, posto que a ida à escola além de oportunizar este contato próximo com os alunos, ajudou bastante a detectar algumas incoerências no questionário aplicado com estes. Em algumas perguntas observei que respostas com apenas SIM e NÃO, não condizem com o que alguns almejam responder. Averigui que manter uma abertura para que o aluno especifique melhor a resposta é o ideal a ser mantido. Um exemplo disto, foi na pergunta sobre se eles concordam com ofensas e xingamentos dirigidos aos políticos e, muitos, quando responderam comentaram que as vezes acham que ambas são importantes, por isso, sentiram dificuldade em responder a esta questão específica.

As escolas, portanto, que almejam preparar seus alunos para que sejam cidadãos participativos no processo eleitoral e democrático da sociedade poderiam inserir em seus projetos políticos pedagógicos os temas relacionados à política, seja incluindo uma disciplina específica como a de Política & Eleição disponibilizada no Colégio de Aplicação da UFPE ou socializando as experiências de projetos como o Politiquê realizado nas escolas públicas do Recife.

Por fim, estudar a temática da política dentro dos estudos relacionados aos Direitos Humanos, voltados para a diversidade, foi bastante interessante dentro do contexto político atual e, o mais importante, reforçou o quanto a escola é fundamental na construção de uma comunidade participativa e atuante na conscientização de um projeto de desenvolvimento humano e democrático para a nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORA, Antônio Augusto Soares. Minidicionário da Língua Portuguesa. 17^a ed. São Paulo, Saraiva, 2003.

BAQUERO, Marcelo. Cultura Política Participativa E Desconsolidação Democrática - reflexões sobre o Brasil contemporâneo - *Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. 2001.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. **Lua Nova**, São Paulo , n. 38, p. 223-237, Dec. 1996 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451996000200011&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Oct. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451996000200011>.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 16, n. 30, p. 253-268, June 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100015&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782008000100015>.

EBC. Portal-EBC, Agência Brasil. Queda no número de eleitores jovens é alerta para a democracia, diz pesquisador. Rio de Janeiro, 12 Ago 2014. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-08/diminuicao-de-eleitores-jovens-significa-alerta-para-democracia> Acesso em 26 de setembro de 2015.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Estudos de Filosofia do Direito, 2^a edição. São Paulo, Atlas, 2003.

FLORENTINO, Renata. Democracia Liberal: uma novidade já desbotada entre jovens. **Opin. Publica**, Campinas , v. 14, n. 1, p. 205-235, June 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100008&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Oct. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762008000100008>.

MALINA, A. Perspectives on citizen democratization and alienation in the virtual public sphere. In: HAGUE, B.; LOADER, B. D. (org.). *Digital democracy: discourse and decision making in the information age*. London: Routledge, 1999.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **Opin. Publica**, Campinas , v. 12, n. 1, p. 164-187, May 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Agosto 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762006000100007>.

MORAES, Alexandre de. Curso de Direito Constitucional, 13^a ed. São Paulo, Atlas, 2003.

Portal de Notícias G1. Veja pesquisa completo do Ibope sobre os manifestantes. São Paulo: G1, 24 jun. 2013. Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em 22 agosto 2015.

Projeto Político- Pedagógico Intitucional do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco – Atualização 2014. Disponível em <https://www.ufpe.br/cap/images/aplicacao/2014/pppijul2014.pdf>. Acesso em 09 de setembro de 2015.

RIZZINI, Irene, CALDEIRA, Paula, CALDEIRA, Alessandra e BARROS, Denise. Juventude e participação cidadã. XXVII International Congress of the Latin American Studies Association (LASA 2009) Rethinking Inequalities. (publicado em 2010).

ROCHA, Camilla e CUNHA, Patrícia. O alistamento eleitoral juvenil: reflexões sobre comportamento político e comportamento eleitoral da juventude no Rio Grande do Sul. Revista Debates, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p.39-58, mai-ago. 2014.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo, 23^a ed. São Paulo, Malheiros, 2004.

SILVA, Sivaldo Pereira da. (2005). Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras. *Opinião Pública*, 11(2), 450-468. Retrieved November 24, 2015, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000200007&lng=en&tlng=pt.

TSE. Presidente do TSE comenta redução do eleitorado jovem com voto facultativo. Brasília, 08 jul. 2014. Disponível em <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Julho/presidente-do-tse-comenta-reducao-do-eleitorado-jovem-com-voto-facultativo>

TSE. Presidente do TSE anuncia aumento de 5,17% no eleitorado brasileiro. Brasília: TSE, 29 jun. 2014. Disponível em <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Julho/presidente-do-tse-anuncia-aumento-de-5-17-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em 22 agosto 2015.

ZANELLA, AV. Escolarização formal e cidadania: possíveis relações, relações possíveis?. SILVEIRA, AF., et al., org. Cidadania e participação social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 84-91. ISBN: 978-85-99662-88-5. Available from SciELO Books .

ANEXOS:

- DADOS E CARACTERÍSTICAS DO COLÉGIO APLICAÇÃO DA UFPE - CAP

Nome: Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco.

Endereço: Avenida da Arquitetura S/N Cidade Universitária - CEP 50740 – 550 Fones: 2126-8332 / 2126-8329 / 2126-8328 / 2126-8335.

Código do CAP/CE/UFPE no INEP: 26124297.

Autorização de funcionamento: Decreto Lei 9053 de 12/03/1946 – D.O.U. 15/03/1946.

Início do Funcionamento: 10/03/1958.

Modalidades de Ensino: Fundamental (6º ano ao 9º ano) e Ensino Médio (1º ano ao 3º ano).

Dependência Administrativa: esfera federal.

Critérios de acesso: seleção pública e por força de lei.

Nº de turmas por série: 02 (duas); total: 14 turmas.

Nº de alunos: 414 (posição em julho do ano letivo 2014).

Docentes efetivos: 49

Docentes substitutos: 10

Corpo Técnico-Administrativo: 22

Corpo Discente:

2008 – Fundamental: 238 Médio: 162

2009 – Fundamental: 243 Médio: 179

2010 – Fundamental: 246 Médio: 176

2011 – Fundamental: 241 Médio: 168

2012 – Fundamental: 245 Médio: 168

2013 – Fundamental: 241 Médio: 165

Evasão escolar:

- 2008 - 00

- 2009 - 01

- 2010 - 02
- 2011 – 01
- 2012 – 00
- 2013 –00

Retenções:

- 2008: Fundamental: 08 (3,36%) Médio: 14 (8,64%)
- 2009: Fundamental: 11 (4,53%) Médio: 03 (1,67%)
- 2010: Fundamental: 00 Médio: 05 (2,84%)
- 2011: Fundamental: 05 (2,07%) Médio: 03 (1,78%)
- 2012: Fundamental: 01 (0,4%) Médio: 00
- 2013: Fundamental: 03 (1,2%) Médio: 02 (1,2%)

Rede Física:

Área do Terreno: 8.400,75m²

Área Construída: 4.712,46m²

PRÉDIO CENTRAL DEPENDÊNCIAS :

Pavimento Térreo • Recepção • Sala de Artes • Central de Informática • SOAE • Direção • Vice Direção • Secretaria • Copa • Laboratório de Espanhol • Laboratório de Física • Laboratório de Língua Inglesa • Laboratório de Língua Francesa • Laboratório de Química • Laboratório de Biologia • 4 salas de aulas • WC de Professores • WC de Professoras • WC de Alunos • WC de Alunas • Vestiários 1º andar • SOE • SOEP • Laboratório de Matemática e Desenho • Biblioteca • Serviço Disciplinar • 10 Salas de aulas • WC de Professores • WC de Professoras • WC de Alunos • WC de Alunas 2º Recreio Coberto • Sala de Música (Camarins feminino e masculino) • WC de Alunos • WC de Alunas • Salão para eventos Quadra Coberta Área Interna • Sala de Dança • Sala de Ginástica • Gabinete de Enfermagem • Sala dos Professores de Educação Física • Vestiário Masculino • Vestiário Feminino Área Externa • Grêmio Estudantil • Sala da Área de Comunicação e Expressão e Ed. Artística • Sala da Área de Estudos Sociais • Sala da Área de Ciências Exatas e da Natureza • Núcleos de Pesquisa e Extensão • Associação de Pais dos Alunos do CAP • Depósito • Setor de Manutenção • Almoxarifado • Almoxarifado de Educação Física

Estrutura Organizacional Administrativa:

A) Órgãos Deliberativos e Consultivos: • Pleno do Colégio • Conselho Técnico-Administrativo (CTA);

B) Administrativos: • Coordenação Geral • Secretaria • Serviço Disciplinar; e,

C) Técnicos: • Coordenação de Ensino Fundamental e de Ensino Médio • Áreas de Estudo • Conselhos de classe • Serviço de Orientação e Experimentação Pedagógica – SOEP • Serviço de Orientação Educacional – SOE • Serviço de Orientação e Apoio ao Estagiário • Biblioteca Juvenil.

- PROGRAMA DA DISCIPLINA: POLÍTICA & ELEIÇÕES

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO		
CENTRO DE EDUCAÇÃO			
COLÉGIO DE APLICAÇÃO			
PROGRAMA DE ENSINO – 2014			
DISCIPLINA: Política & Eleições		TURMA: 2º Ano EM	CARGA HORÁRIA: 80
PROFESSOR: Erinaldo Ferreira do Carmo		ÁREA: Estudos Sociais	
APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA			
<p>A disciplina Política & Eleições tem por objetivo estudar a política partidária e eleitoral no Brasil e compará-la a outras democracias. Pretende, ainda, entender as mobilizações sociais por direitos de participação política, a ampliação dos direitos sociais nas últimas décadas, no Brasil e no Mundo, o surgimento de novos direitos e, ao mesmo tempo, acompanhar o processo eleitoral em observação à legislação que trata da propaganda eleitoral.</p>			
EMENTA			
<p>A política na formação e organização do Estado moderno; os princípios democráticos e de cidadania; as eleições na história do Brasil; as pesquisas eleitorais; a influência da propaganda eleitoral no resultado das eleições; a legislação da propaganda e das pesquisas eleitorais; o sistema partidário nacional e sua comparação com outros países democráticos; os movimentos sociais.</p>			
OBJETIVOS/COMPETÊNCIAS			
<p>Perceber a política como um meio de organização do Estado e de relação social; registrar a finalidade do Estado moderno e o seu papel na garantia dos princípios democráticos; estudar as relações políticas entre diferentes grupos sociais; compreender o processo democrático de escolha de representantes.</p>			

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
<p>O sentido da política como relação social;</p> <p>A formação e o papel do Estado moderno;</p> <p>Os princípios da democracia;</p> <p>O processo eleitoral;</p> <p>As minorias e seus direitos.</p>		
INTERFACES COM OUTRAS ÁREAS DE CONHECIMENTO OU DISCIPLINA:		
Sociologia, História, Filosofia, Literatura e Geografia		
METODOLOGIAS		
Aulas dialogadas, realização de pesquisas, exposição de trabalhos, leitura e produção de textos, apresentação de filmes, acompanhamento da cobertura midiática das eleições municipais de 2014.		
AVALIAÇÃO		
Permanente e cumulativa, compreendendo diferentes atividades, como: trabalhos em grupo, produção de textos, realização e apresentação de pesquisas, testes individuais e participação nas aulas.		
REFERÊNCIAS		
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BRAGA, M. S. S. O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2006.</p> <p>MICHELS, R. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: UnB, 1982.</p> <p>Filmes (curtas):</p> <p>A matadeira. Jorge Furtado, 14 min. 1994.</p> <p>Búxi. André Lion, 6 min. 2007.</p>		
<div></div> <div>Assinatura/Professor</div>		<div></div> <div>Assinatura/Chefe de Área</div>

- QUESTIONÁRIO APLICADO NAS SALAS DE AULA PARA A COLETA DE DADOS.

Questionário para os alunos

1. Qual a sua idade? _____
2. Sexo: _____
3. Qual série você cursa atualmente? _____
4. Qual a escola e a turma? _____
5. Você trabalha?
 - () Sim
 - () No momento não, mas já trabalhei
 - () Nunca trabalhei
 - () Nunca trabalhei, mas estou procurando trabalho
6. Você já participou de alguma organização política, social ou cultural, tais como:
 - () Representação de sala de aula
 - () Grêmio estudantil
 - () Associação de bairro
 - () Centro Comunitário
 - () Conselho de escola
 - () partido político
 - () grupo teatral
 - () outro _____
 - () Nunca participou de nenhuma outra organização
7. Você já tirou o seu título eleitoral?
 - () Sim
 - () Não. Por qual razão? _____
8. Você pretende votar nas próximas eleições?
 - () Sim
 - () Não
9. Você acha que o voto é importante?
 - () Sim
 - () Não. Por qual razão? _____
10. Você assiste o horário eleitoral?
 - () Sim

- () Não. Por qual razão? _____
11. Você já participou de alguma manifestação popular atual, tais como:
- () Passeata
 - () Panelaço
 - () Movimento Passe Livre
 - () Outra _____
12. Você conversa com seus colegas sobre política?
- () Sim
 - () Não
13. Você concorda com ofensas e xingamentos dirigidas aos políticos:
- () Sim
 - () Não
14. Você acha importante abranger o tema da política na escola?
- () Sim
 - () Não
15. Quais as fontes que você mais usa para obter informação sobre o cenário político atual (marque todas as que você usa)?
- () jornal escrito
 - () revista escrita
 - () revistas e jornais digitais
 - () Televisão (jornais)
 - () Redes Sociais – por ex. facebook
16. Você acredita na política:
- () Sim
 - () Não
17. Em sua escola o tema da política é abordado?
- () Sim
 - () Não

Se respondeu sim:

De que maneira?

18.O que você mudaria na política?



O que somos?

Um projeto de EDUCAÇÃO.



Que tipo de educação?

Educação para a cidadania.



Qual a nossa visão sobre política?

Suprapartidarismo

Cidadania

Consciência

Debate

Responsabilidade social

Participação democrática

Senso de comunidade



O que NÃO somos?

- O Politiquê? NÃO É um movimento social
- O Politiquê? NÃO É um espaço de participação política
- O Politiquê? NÃO POSSUI ligação com nenhum partido ou instituição governamental
- O Politiquê? NÃO DEFENDE nenhuma orientação ideológica



Qual a nossa missão?

Promover a educação política suprapartidária como forma de construção de uma sociedade mais participativa. Buscamos um futuro onde os jovens de hoje sejam os cidadãos ativos de amanhã, exercendo cada um conscientemente o seu papel e contribuindo para o desenvolvimento da sociedade brasileira.



Qual a nossa visão?

Ser uma organização reconhecida por possuir excelência na gestão de projetos sociais voltados para a promoção do empreendedorismo cidadão. Queremos nos tornar uma organização referência na execução de projetos de responsabilidade social realizados em parceria com instituições privadas.



Quais são nossos valores?

ÉTICA E CONFIABILIDADE
 GESTÃO PARTICIPATIVA
 SUPRAPARTIDARISMO em todas as ações
 RESPEITO à diversidade
 INTEGRIDADE cidadã
 COLABORAÇÃO social
 INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL
 TRANSPARÊNCIA na condução dos projetos
 COMPROMISSO com a neutralidade



Quem somos?

Jovens unidos pelo sentimento comum de fazer a nossa parte.



Qual o nosso desafio?

Tornar a política um assunto acessível e empolgante de forma imparcial, dinâmica e inovadora.



Quem é nosso público-alvo?

Jovens entre 15 e 25 anos que:

- a) não se interessam,
- b) sabem pouco,
- c) querem aprender mais sobre política de forma universal.



“Ação Politiquê? nas escolas – ano I” (em números)

- 35 dias de financiamento coletivo
- 108 benfeitores
- R\$ 6230 arrecadados



“Ação Politiquê? nas escolas – ano I” (em números)

- 3 meses
- 20 embaixadores
- 1041 alunos
- **93,35% dos alunos acreditam que o Politiquê? pode ajudar na compreensão da política de uma forma geral**

